



BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS **2016**

PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, Clientes e Colaboradores,

Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Fator S.A. e Empresas Controladas, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, relativos aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2016 e de 2015. De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, o Banco Fator S.A. declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento".

A Diretoria

RATINGS

Banco Fator — **BBB-(bra)**
Fitch Ratings

FAR - Fator Administração de Recursos — **Elevado Padrão**
Fitch Ratings

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em Milhares de Reais)

Ativo	Notas	Banco		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		405.627	576.231	1.035.833	1.241.247
Disponibilidades	3b e 4	457	858	2.928	2.086
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3b, 3c, 4 e 5	175.027	–	175.027	–
Aplicações no Mercado Aberto		175.027	–	175.027	–
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	3d, 3e e 6	142.169	440.681	464.004	718.705
Carteira Própria		80.974	219.557	147.376	271.042
Vinculados a Compromissos de Recompra		30.228	161.150	30.228	161.150
Instrumentos Financeiros Derivativos		–	1.281	–	1.281
Vinculados à Prestação de Garantias		23.615	58.693	279.048	285.232
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		7.352	–	7.352	–
Relações Interfinanceiras		108	209	108	209
Depósitos no Banco Central		108	209	108	209
Operações de Crédito	3f e 7	67.380	100.780	67.380	100.780
Setor Privado		94.682	115.699	94.682	115.699
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	7e	(27.302)	(14.919)	(27.302)	(14.919)
Outros Créditos	8	20.191	33.467	250.106	356.127
Rendas a Receber		10.921	24.756	7.207	6.326
Negociação e Intermediação de Valores	3g	507	546	3.291	34.703
Prêmios de Seguros a Receber	3h	–	–	67.506	50.158
Diversos		8.763	8.165	175.279	266.630
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	7e	–	–	(3.177)	(1.690)
Outros Valores e Bens		295	236	76.280	63.340
Despesas Antecipadas		295	236	5.332	3.886
Operações de Seguros e Resseguros	10	–	–	70.948	59.454
Realizável a Longo Prazo		324.142	381.497	460.435	506.087
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	3d, 3e e 6	239.533	277.142	254.279	293.096
Carteira Própria		188.627	161.283	203.373	177.237
Vinculados a Compromissos de Recompra		6.923	17.471	6.923	17.471
Instrumentos Financeiros Derivativos		–	15	–	15
Vinculados à Prestação de Garantias		17.662	98.373	17.662	98.373
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		26.321	–	26.321	–
Operações de Crédito	3f e 7	44.660	71.305	44.660	71.305
Setor Privado		46.845	76.046	46.845	76.046
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	7e	(2.185)	(4.741)	(2.185)	(4.741)
Outros Créditos	8	39.760	33.045	102.124	87.677
Negociação e Intermediação de Valores	3g	–	–	132	1.268
Prêmios de Seguros a Receber	3h	–	–	14.215	16.509
Diversos		39.760	33.045	87.777	69.900
Outros Valores e Bens		189	5	59.372	54.009
Despesas Antecipadas		189	5	235	5
Operações de Seguros e Resseguros	10	–	–	59.137	54.004
Permanente		247.487	262.060	12.367	11.993
Investimentos	3i	238.292	253.801	273	649
Participações em Coligadas e Controladas - No País	11	238.292	253.801	–	–
Outros Investimentos		–	–	273	649
Imobilizado de Uso	3j	2.679	3.086	5.370	6.036
Outras Imobilizações de Uso		7.493	7.148	19.223	18.481
(Depreciações Acumuladas)		(4.814)	(4.062)	(13.853)	(12.445)
Intangível	3k	6.516	5.173	6.724	5.308
Ativos Intangíveis		9.219	6.640	9.868	7.239
(Amortização Acumulada)		(2.703)	(1.467)	(3.144)	(1.931)
Total do Ativo		977.256	1.219.788	1.508.635	1.759.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em Milhares de Reais)

Passivo	Notas	Banco		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		493.497	540.522	923.672	987.981
Depósitos	3n, 12 e 20a	379.649	280.083	378.317	274.145
Depósitos à Vista		7.838	5.633	7.008	5.176
Depósitos Interfinanceiros		15.082	37.843	15.082	32.842
Depósitos a Prazo		356.729	236.607	356.227	236.127
Captações no Mercado Aberto	3n e 13	70.659	178.003	68.848	178.003
Carteira Própria		37.060	178.003	35.249	178.003
Carteira Livre Movimentação		33.599	-	33.599	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14	36.028	67.348	36.028	67.348
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		36.028	67.101	36.028	67.101
Certificados de Operações Estruturadas		-	247	-	247
Instrumentos Financeiros Derivativos	3e e 6c	-	1.477	-	1.477
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	1.477	-	1.477
Outras Obrigações	15	7.161	13.611	440.479	467.008
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		5	267	6	267
Fiscais e Previdenciárias	3o	3.220	2.075	7.843	19.350
Negociação e Intermediação de Valores	3g	111	1.557	24.413	62.054
Provisões Técnicas de Seguros e Resseguros	3p e 16	-	-	278.653	277.506
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		-	-	117.881	87.102
Diversas		3.825	9.712	11.683	20.729
Exigível a Longo Prazo		144.294	335.917	245.498	427.997
Depósitos	3n, 12 e 20a	144.044	335.368	144.044	335.368
Depósitos a Prazo		144.044	335.368	144.044	335.368
Outras Obrigações	15	250	549	101.454	92.629
Provisões Técnicas de Seguros e Resseguros	3p e 16	-	-	81.596	72.883
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		-	-	10.684	13.432
Diversas		250	549	9.174	6.314
Resultados de Exercícios Futuros		8	327	8	327
Resultados de Exercícios Futuros		8	327	8	327
Patrimônio Líquido	18	339.457	343.022	339.457	343.022
Capital - De Domiciliados no País		250.011	250.011	250.011	250.011
Reservas de Lucros		90.111	94.242	90.111	94.242
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(665)	(1.231)	(665)	(1.231)
Total do Passivo		977.256	1.219.788	1.508.635	1.759.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em Milhares de Reais)

	Notas	Banco			Consolidado	
		01/07 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Receitas da Intermediação Financeira		66.816	132.388	127.377	178.963	167.114
Operações de Crédito	3f e 7a	9.455	9.114	21.233	9.114	21.233
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3d	57.156	106.054	98.332	152.311	138.093
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	3e	205	17.220	7.812	17.538	7.788
Despesas da Intermediação Financeira		(55.025)	(104.844)	(156.877)	(105.397)	(154.500)
Operações de Captação no Mercado	3n	(44.721)	(95.242)	(139.201)	(94.129)	(136.578)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3f, 7e e 17b	(10.304)	(9.602)	(17.676)	(11.268)	(17.922)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		11.791	27.544	(29.500)	73.566	12.614
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(19.892)	(30.967)	(6.359)	(71.355)	(85.437)
Receitas de Prestação de Serviços	19a	5.826	18.041	18.508	37.469	48.065
Prêmios de Seguros	19b	-	-	-	153.969	133.624
Sinistros Ocorridos		-	-	-	(147.687)	(144.929)
Custos de Aquisição de Seguros		-	-	-	(16.165)	(14.206)
Resultado de Operações com Resseguros		-	-	-	40.924	48.618
Despesas de Pessoal		(13.664)	(28.456)	(44.373)	(77.121)	(107.393)
Outras Despesas Administrativas	19c	(7.034)	(16.013)	(17.420)	(43.128)	(54.605)
Despesas Tributárias		(1.520)	(3.895)	(1.789)	(11.471)	(11.396)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	(4.897)	(2.208)	38.892	-	(52)
Outras Receitas Operacionais	19d	1.491	2.007	1.408	10.285	35.464
Outras Despesas Operacionais	19e	(94)	(443)	(1.585)	(18.430)	(18.627)
Resultado Operacional		(8.101)	(3.423)	(35.859)	2.211	(72.823)
Resultado Não Operacional		1	(20)	-	(240)	(182)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		(8.100)	(3.443)	(35.859)	1.971	(73.005)
Imposto de Renda e Contribuição Social	3o e 9	5.468	4.612	(3.381)	(802)	33.765
Provisão para Imposto de Renda		(336)	(336)	-	(2.872)	19.672
Provisão para Contribuição Social		(295)	(295)	-	(2.105)	11.026
Ativo Fiscal Diferido		6.099	5.243	(3.381)	4.175	3.067
Lucro Líquido (Prejuízo)		(2.632)	1.169	(39.240)	1.169	(39.240)
Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação - R\$		(0,51)	0,23	(7,60)	0,23	(7,60)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 18)

(Em Milhares de Reais)

	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	250.011	18.428	115.054	(182)	-	383.311
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	-	-	-	(1.049)	-	(1.049)
Prejuízo	-	-	-	-	(39.240)	(39.240)
Destinação do Resultado:						
Absorção de Prejuízo	-	-	(39.240)	-	39.240	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	250.011	18.428	75.814	(1.231)	-	343.022
Mutações do Período	-	-	(39.240)	(1.049)	-	(40.289)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	250.011	18.428	75.814	(1.231)	-	343.022
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	-	-	-	566	-	566
Dividendos	-	-	(5.300)	-	-	(5.300)
Lucro Líquido	-	-	-	-	1.169	1.169
Destinação do Resultado:						
Reservas de Lucros	-	58	1.111	-	(1.169)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	250.011	18.486	71.625	(665)	-	339.457
Mutações do Período	-	58	(4.189)	566	-	(3.565)
Saldos em 30 de junho de 2016	250.011	18.619	74.124	(202)	-	342.552
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	-	-	-	(463)	-	(463)
Prejuízo	-	-	-	-	(2.632)	(2.632)
Destinação do Resultado:						
Reservas de Lucros	-	(133)	(2.499)	-	2.632	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	250.011	18.486	71.625	(665)	-	339.457
Mutações do Período	-	(133)	(2.499)	(463)	-	(3.095)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em Milhares de Reais)

	Notas	Banco			Consolidado	
		01/07 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado		7.887	10.652	(54.925)	14.204	(15.546)
Lucro Líquido (Prejuízo)		(2.632)	1.169	(39.240)	1.169	(39.240)
Ajustes ao Lucro Líquido (Prejuízo):		10.519	9.483	(15.685)	13.035	23.694
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7e	10.377	9.827	17.942	11.493	18.188
Provisão para Passivos Contingentes		68	82	23	1.626	3.427
Depreciações e Amortizações		1.277	2.610	1.861	3.886	4.799
Tributos Diferidos	9a	(6.099)	(5.243)	3.381	(4.175)	(3.067)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	4.897	2.208	(38.892)	-	52
Lucro na Alienação de Imobilizado		(1)	(1)	-	(15)	-
Outros		-	-	-	220	295
Variação de Ativos e Passivos		103.770	144.721	70.640	171.475	19.899
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		105.274	336.687	224.095	294.084	230.440
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)		33	101	104	101	104
(Aumento) Redução em Operações de Crédito		10.771	50.218	(23.024)	50.218	(23.024)
(Aumento) Redução em Outros Créditos		3.865	(2.993)	6.818	94.128	(190.485)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens		(92)	(243)	65	(18.303)	(4.346)
(Redução) Aumento em Depósitos		(42.442)	(91.758)	38.394	(87.152)	38.365
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto		34.871	(107.344)	(143.000)	(109.155)	(134.298)
(Redução) Aumento em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		(6.958)	(31.320)	(29.826)	(31.320)	(29.826)
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos		(80)	(1.477)	268	(1.477)	268
(Redução) Aumento em Outras Obrigações		(1.452)	(6.831)	(3.137)	(19.330)	132.818
Variação nos Resultados de Exercícios Futuros		(20)	(319)	(117)	(319)	(117)
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades Operacionais		111.657	155.373	15.715	185.679	4.353
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	11	7.550	35.100	12.763	-	-
Aquisição de Investimentos		-	-	-	(41)	(17)
Alienação de Investimentos		-	-	-	173	-
Aumento de Capital em Controladas	11	(7.000)	(7.000)	(25.000)	-	-
Aquisição de Imobilizado de Uso		(221)	(451)	(1.579)	(1.338)	(1.659)
Aquisição de Intangível		(1.761)	(3.096)	(3.022)	(3.304)	(3.177)
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Investimento		(1.432)	24.553	(16.838)	(4.510)	(4.853)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	18b	-	(5.300)	-	(5.300)	-
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Financiamento		-	(5.300)	-	(5.300)	-
Aumento/(Redução) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa	3b e 4	110.225	174.626	(1.123)	175.869	(500)
Início do Período		65.259	858	1.981	2.086	2.586
Final do Período		175.484	175.484	858	177.955	2.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015

(Em Milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Fator S.A. (Banco) está organizado sob a forma de banco múltiplo e desenvolve suas operações de modo integrado através das carteiras comercial e de investimento.

As operações são conduzidas integralmente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm coparticipação ou intermediação de instituições associadas ao Conglomerado Fator.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), em consonância, quando aplicável, com os normativos da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco e das Controladas:

Empresa	Atividade	31/12/2016	31/12/2015
		Participação (%)	
Fator S.A. Corretora de Valores	Instituição Financeira	100,00	100,00
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	Instituição não Financeira	99,99	99,99
Fator Seguradora S.A.	Seguradora	100,00	100,00

As demonstrações financeiras relativas aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2016 e de 2015 foram aprovadas pela Diretoria em 24 de março de 2017.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Critérios de Consolidação: No processo de consolidação, os saldos de transações entre as empresas foram eliminados.

As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pela controladora e pelas empresas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme Resolução nº 3.604/08 do CMN, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: As aplicações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e Valores Mobiliários: De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, do BACEN e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados nas seguintes categorias, conforme a intenção da Administração:

Títulos para Negociação: São avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e estão classificados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento. Os ajustes para o valor de mercado são reconhecidos no resultado do período;

Títulos Disponíveis para Venda: São avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários;

Títulos Mantidos até o Vencimento: São avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, operações de futuros e operações de "swap" são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

Operações com Opções: Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados a valor de mercado no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não exercício;

Operações de Futuros: O valor dos ajustes a mercado são diariamente contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;

Operações de "Swap": O diferencial a receber ou a pagar é contabilizado a valor de mercado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" dia até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:

Instrumentos Financeiros Derivativos não considerados como "hedge": Em conta de receita ou despesa, no resultado.

Instrumentos Financeiros Derivativos considerados como "hedge": São classificados como "hedge" de risco de mercado ou "hedge" de fluxo de caixa.

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015

(Em Milhares de Reais)

Os “*hedges*” de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de “*hedge*” e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado.

Os “*hedges*” de fluxo de caixa são destinados a compensar à variação no fluxo de caixa futuro estimado, sendo a parcela efetiva destinada a esta compensação contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzida dos efeitos tributários e qualquer outra variação em contrapartida a adequada conta de receita ou despesa, no resultado.

f) Operações de Crédito e Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa: As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN e alterações posteriores, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN e alterações posteriores, conforme demonstrado na Nota 7.

g) Negociação e Intermediação de Valores: Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. As taxas, emolumentos e corretagens são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

h) Prêmios de Seguros e Resultado de Comercialização: Os prêmios de seguros, os prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice e reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência, observando a vigência do risco. A Seguradora não possui operações de retrocessão.

As receitas e despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado durante a vigência dos seguros. Para as operações de seguros do ramo DPVAT as receitas e despesas são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

O valor recuperável dos prêmios de seguros é apurado com base em estudo técnico desenvolvido pela Administração da Seguradora, que leva em consideração o histórico de perdas incorridas e os riscos de inadimplência, conforme o cliente e a severidade do atraso verificado, conforme permitido pela Circular nº 517/15 da SUSEP. A Seguradora constitui provisão relativa a riscos vigentes e não emitidos com base em nota técnica atuarial.

i) Investimentos: Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Outros investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

j) Imobilizado de Uso: Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear, com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

k) Intangível: É constituído por gastos com aquisição e desenvolvimento logiciais, amortizados pelo prazo de licença dos softwares.

l) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - “Impairment”: O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é reconhecida uma perda, ajustando o valor contábil líquido. As perdas por “*Impairment*”, quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08 do CMN.

Exceto os créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar a existência de perda por “*impairment*”.

m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: O reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, obedecendo aos seguintes critérios:

Ativos Contingentes: Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

Passivos Contingentes: São reconhecidos quando, baseado na opinião de Consultores Jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos Consultores Jurídicos e Administração são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não requerem provisão e divulgação;

Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015

(Em Milhares de Reais)

n) Depósitos e Captações no Mercado Aberto: São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata” dia. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

o) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: As provisões para o Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o IRPJ determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a CSLL pela alíquota de 20% (15% até 08/2015).

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL são calculados sobre as adições e exclusões temporárias, prejuízo fiscal e base negativa. Os créditos tributários constituídos são baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração, conforme descrito na Nota 9.

p) Provisões Técnicas: A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco a decorrer dos prêmios já emitidos, calculada pelo método “pro rata” dia, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP.

A provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes mas não emitidos é calculada, para os seguros de danos e seguros de pessoas, de acordo com metodologia específica descrita em nota técnica atuarial e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos pela seguradora, cujas vigências já se iniciaram e estão em processo de emissão.

A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativas de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações de cosseguro, determinada com base nos avisos recebidos até à data do balanço e atualizada monetariamente, quando aplicável.

A Seguradora constitui provisão para sinistros ocorridos e não suficientemente avisados, através de metodologia descrita em nota técnica atuarial.

A provisão para despesas relacionadas é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações de cosseguro, determinada com base nas despesas de sinistros já conhecidas até a data do balanço e em nota técnica atuarial com objetivo de estimar o valor relacionado a demais parcelas esperadas.

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é calculada com base na Circular nº 517/15 da SUSEP, exceto para o ramo de garantia, o qual a partir de 2011 passou a ser calculada com base em nota técnica atuarial de forma consistente com base na experiência histórica de ocorrência de sinistros nesse ramo. É constituída provisão para cobrir os encargos futuros com a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., na conta provisão de sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, com base em informes emitidos pela administração do convênio. Sobre os valores constituídos, são calculados e provisionados juros a débito da rubrica “Outras Despesas Operacionais”.

A provisão complementar de cobertura é constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação dos Passivos, de acordo com as determinações específicas na regulamentação em vigor.

q) Teste de Adequação dos Passivos: Conforme requerido pelo CPC 11, e seguindo as determinações da Circular nº 517/15 da SUSEP, em cada data de balanço a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes nas datas base junho e dezembro de cada ano.

Para a realização do teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração. O teste considerou a projeção dos sinistros a ocorrer com base em premissas de sinistralidade realista, das despesas administrativas e outras diretamente relacionadas aos contratos de seguros relativos aos produtos em run-off e projeção relativa aos sinistros ocorridos. Os fluxos de caixas projetados são brutos de resseguros e descontados pelas estruturas a termo das taxas de juros (ETTJ), referentes ao mês de dezembro de 2016, livres de riscos correspondentes à garantia oferecida em cada produto, e, para a identificação de possíveis insuficiências, são comparados com os valores contábeis dos passivos líquidos dos custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis para identificação de possíveis insuficiências.

Não foram identificadas insuficiências para as provisões constituídas em 31 de dezembro de 2016, não havendo, portanto, necessidade de constituição de provisões suplementares.

r) Receitas e Despesas: O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “pro rata” dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades	457	858	2.928	2.086
Aplicações no Mercado Aberto	175.027	—	175.027	—
Total	175.484	858	177.955	2.086

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2016		31/12/2015	
	Até 90 dias	Total Banco/Consolidado	Banco/Consolidado	Total
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	175.027	175.027	—	—
Letras do Tesouro Nacional - LTN	80.013	80.013	—	—
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	95.014	95.014	—	—
Total	175.027	175.027	—	—

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015

(Em Milhares de Reais)

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da Carteira

	Banco					Total	
	Carteira Própria	Vinculados a Recompra	Vinculados à Prestação de Garantias	Operações Compromissadas com Livre Movimentação	Total		
					31/12/2016	31/12/2015	
Títulos para Negociação	37.712	30.228	9.729	7.352	85.021	91.465	
Debêntures (b) (d)	34.917	–	–	–	34.917	32.467	
Certificados de Depósito Bancário (b)	–	–	–	–	–	–	
Quotas de Fundos de Investimento (c)	466	–	–	–	466	200	
Letras do Tesouro Nacional - LTN (a)	236	2.857	–	301	3.394	46.166	
Ações (c)	–	–	–	–	–	1.961	
Bônus de Subscrição de Companhias Abertas (c)	749	–	–	–	749	1.000	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	–	–	–	–	–	–	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (a) (e)	1.344	27.371	9.729	7.051	45.495	9.671	
Títulos Disponíveis para Venda	133.541	6.923	13.885	26.321	180.670	286.154	
Debêntures (b) (d)	81.449	2.081	–	–	83.530	163.801	
Cédula de Produto Rural (b)	–	–	–	–	–	3.478	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	2.474	1.814	–	26.321	30.609	–	
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (b)	8.425	–	–	–	8.425	–	
Certificados de Recebíveis Imobiliários (b)	5.862	–	–	–	5.862	283	
Nota Comercial (b)	31.827	–	–	–	31.827	22.072	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (a)	3.504	3.028	3.570	–	10.102	59.770	
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (b)	–	–	10.315	–	10.315	36.750	
Títulos Mantidos até o Vencimento	98.348	–	17.663	–	116.011	338.908	
Letras do Tesouro Nacional - LTN (a)	–	–	–	–	–	199.946	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (a)	–	–	–	–	–	40.589	
Certificados de Depósito Bancário (b)	98.348	–	17.663	–	116.011	98.373	
Instrumentos Financeiros Derivativos (c)	–	–	–	–	–	1.296	
Total	269.601	37.151	41.277	33.673	381.702	717.823	

	Consolidado					Total	
	Carteira Própria	Vinculados a Recompra	Vinculados à Prestação de Garantias	Operações Compromissadas com Livre Movimentação	Total		
					31/12/2016	31/12/2015	
Títulos para Negociação	104.114	30.228	265.162	7.352	406.856	369.489	
Debêntures (b) (d)	34.917	–	–	–	34.917	34.828	
Certificados de Depósito Bancário (b)	–	–	–	–	–	514	
Quotas de Fundos de Investimento (c)	60.592	–	87.515	–	148.107	61.544	
Letras do Tesouro Nacional - LTN (a)	236	2.857	12.993	301	16.387	64.647	
Ações (c)	–	–	–	–	–	1.962	
Bônus de Subscrição de Companhias Abertas (c)	749	–	–	–	749	1.000	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	6.273	–	154.925	–	161.198	178.177	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (a) (e)	1.347	27.371	9.729	7.051	45.498	26.817	
Títulos Disponíveis para Venda	133.541	6.923	13.885	26.321	180.670	286.154	
Debêntures (b) (d)	81.449	2.081	–	–	83.530	163.801	
Cédula de Produto Rural (b)	–	–	–	–	–	3.478	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	2.474	1.814	–	26.321	30.609	–	
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (b)	8.425	–	–	–	8.425	–	
Certificados de Recebíveis Imobiliários (b)	5.862	–	–	–	5.862	283	
Nota Comercial (b)	31.827	–	–	–	31.827	22.072	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (a)	3.504	3.028	3.570	–	10.102	59.770	
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (b)	–	–	10.315	–	10.315	36.750	
Títulos Mantidos até o Vencimento	113.094	–	17.663	–	130.757	354.862	
Letras do Tesouro Nacional - LTN (a)	–	–	–	–	–	199.946	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (a)	–	–	–	–	–	40.589	
Certificados de Depósito Bancário (b)	113.094	–	17.663	–	130.757	114.327	
Instrumentos Financeiros Derivativos (c)	–	–	–	–	–	1.296	
Total	350.749	37.151	296.710	33.673	718.283	1.011.801	

(a) Custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e BM&FBOVESPA (em garantia de operações); (b) Custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP); (c) Custodiados na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC) e/ou na Instituição administradora do fundo; (d) Em 30/06/2015, foi efetuada a transferência de debêntures da categoria "Títulos para Negociação" para categoria "Títulos Disponíveis para Venda" no montante de R\$ 55.009; (e) Em 30/06/2016 foi efetuada a transferência de NTN-B da categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento" para categoria "Títulos para Negociação" no montante de R\$ 43.440, com efeito positivo no resultado de R\$ 776, a referida posição foi realizada em julho/16.

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015

(Em Milhares de Reais)

b) Classificação da Carteira por Categorias e Prazos

	Banco			Total	
	Sem Vencimento	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	31/12/2016	31/12/2015
Títulos para Negociação	1.215	40.494	43.312	85.021	91.465
Debêntures	-	-	34.917	34.917	32.467
Certificados de Depósito Bancário	-	-	-	-	-
Quotas de Fundos de Investimento	466	-	-	466	200
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	3.394	-	3.394	46.166
Ações	-	-	-	-	1.961
Bônus de Subscrição de Companhias Abertas	749	-	-	749	1.000
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	37.100	8.395	45.495	9.671
Títulos Disponíveis para Venda	-	57.148	123.522	180.670	286.154
Debêntures	-	3.011	80.519	83.530	163.801
Cédula de Produto Rural	-	-	-	-	3.478
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	30.609	30.609	-
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	-	8.425	-	8.425	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	5.862	5.862	283
Nota Comercial	-	31.827	-	31.827	22.072
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	3.570	6.532	10.102	59.770
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	-	10.315	-	10.315	36.750
Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	116.011	116.011	338.908
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	199.946
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	-	40.589
Certificados de Depósito Bancário (a)	-	-	116.011	116.011	98.373
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	1.296
Total	1.215	97.642	282.845	381.702	717.823

Consolidado

	Sem	Até 90	De 91 a	Acima de	Total	
	Vencimento	dias	365 dias	365 dias	31/12/2016	31/12/2015
Títulos para Negociação	148.856	13.137	41.574	203.289	406.856	369.489
Debêntures	-	-	-	34.917	34.917	34.828
Certificados de Depósito Bancário	-	-	-	-	-	514
Quotas de Fundos de Investimento	148.107	-	-	-	148.107	61.544
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	12.993	3.394	-	16.387	64.647
Ações	-	-	-	-	-	1.962
Bônus de Subscrição de Companhias Abertas	749	-	-	-	749	1.000
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	144	1.080	159.974	161.198	178.177
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	37.100	8.398	45.498	26.817
Títulos Disponíveis para Venda	-	-	57.148	123.522	180.670	286.154
Debêntures	-	-	3.011	80.519	83.530	163.801
Cédula de Produto Rural	-	-	-	-	-	3.478
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	30.609	30.609	-
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	-	-	8.425	-	8.425	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	5.862	5.862	283
Nota Comercial	-	-	31.827	-	31.827	22.072
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	3.570	6.532	10.102	59.770
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	-	-	10.315	-	10.315	36.750
Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	-	130.757	130.757	354.862
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	199.946
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	-	-	40.589
Certificados de Depósito Bancário (a)	-	-	-	130.757	130.757	114.327
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	-	1.296
Total	148.856	13.137	98.722	457.568	718.283	1.011.801

(a) Vencimento em 18/12/2020.

O Banco adota metodologia de mensuração desenvolvida internamente, para operações que não possuem cotação, com base em informações e premissas de mercado.

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias ou de seus clientes, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A utilização de instrumentos financeiros derivativos consideram a avaliação prévia de vários aspectos com relação aos produtos, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos e infraestrutura adequada para o suporte operacional.

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015

(Em Milhares de Reais)

A estratégia de "hedge" é determinada com base nos limites de exposição aos diversos riscos inerentes às operações do Banco. Sempre que estas operações gerarem exposições acima dos limites estabelecidos, o que poderia resultar em relevantes flutuações no resultado do Banco, a cobertura do risco é efetuada utilizando-se instrumentos financeiros derivativos, contratados em mercado organizado ou de balcão, observadas as regras legais para a qualificação de "hedge", conforme estabelecido pela Circular nº 3.082/02 do BACEN.

Os instrumentos de proteção buscam a mitigação dos riscos de mercado, conforme seus respectivos indexadores.

Observada a liquidez que o mercado apresentar, as datas de vencimento dos instrumentos de "hedge" são o mais próximo possível das datas dos fluxos financeiros da operação objeto, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o Banco não possui estrutura de "hedge" contábil de risco de mercado ou fluxo de caixa.

Composição da Carteira e Classificação por Categorias e Prazos

	Banco/Consolidado				
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	
	31/12/2016	31/12/2015			
Contratos de Futuros	16.759	94.000	181.757	292.516	891.268
Compromissos de Compra	15.130	50.500	134.500	200.130	679.187
Futuro DI	13.500	50.500	134.500	198.500	634.000
Futuro DDI	-	-	-	-	23.429
Futuro Índice	-	-	-	-	3.509
Futuro Dólar	1.630	-	-	1.630	18.249
Compromissos de Venda	1.629	43.500	47.257	92.386	212.081
Futuro DI	-	43.500	-	43.500	144.500
Futuro DDI	1.629	-	47.257	48.886	58.572
Futuro Índice	-	-	-	-	223
Futuro Dólar	-	-	-	-	8.786
Contratos de Opções	59.500	-	-	59.500	86.036
Compromissos de Compra	37.000	-	-	37.000	77.524
Opção Índice	-	-	-	-	45.330
Opção Dólar	37.000	-	-	37.000	30.475
Opção Ações	-	-	-	-	1.719
Compromissos de Venda	22.500	-	-	22.500	8.512
Opção Índice	-	-	-	-	2.800
Opção Dólar	22.500	-	-	22.500	5.712
Outros	-	-	-	-	19.230
Total	76.259	94.000	181.757	352.016	996.534

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Carteira de Crédito por Tipo de Operação

	Banco/Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Empréstimos	91.852	64,90	132.796	69,26
Cheque Especial e Conta Garantida	4.542	3,21	113	0,06
Financiamentos à Exportação (i)	45.133	31,89	58.836	30,68
Total	141.527	100,00	191.745	100,00

(i) O resultado de Operações de Crédito no valor de R\$ 9.114 foi afetado pela variação cambial negativa no valor de R\$ 8.460 referente operação de Financiamento à Exportação, compensado pelo resultado positivo realizado através de Contratos de Futuros registrado em Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Operações de Crédito por Setor de Atividade e Prazos

	Banco/Consolidado					
	Vencida A partir 15 dias	Até 3 meses	A vencer 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
	31/12/2016	31/12/2015				
Empréstimos e Títulos Descontados	28.717	21.528	44.437	46.845	141.527	191.745
Setor Privado:						
Indústria	-	1.449	4.346	39.338	45.133	61.903
Comércio	12.725	-	-	-	12.725	15.060
Outros Serviços	15.701	15.519	40.045	7.417	78.682	114.251
Pessoas Físicas	291	4.560	46	90	4.987	531
Total	28.717	21.528	44.437	46.845	141.527	191.745
Curto Prazo					94.682	115.699
Longo Prazo					46.845	76.046

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015

(Em Milhares de Reais)

c) Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível	Banco/Consolidado							
	31/12/2016				31/12/2015			
	Total Operações de Crédito	Créditos Vencidos	Provisão Constituída	%	Total Operações de Crédito	Créditos Vencidos	Provisão Constituída	%
A	191	-	1	-	3.302	-	16	0,08
B	20.647	-	206	0,70	46.964	-	470	2,39
C	68.136	-	2.947	9,99	97.472	-	4.101	20,86
E	30.279	12.725	9.084	30,82	39.330	15.472	11.799	60,02
G	21.984	15.702	16.959	57,51	4.677	-	3.274	16,65
H	290	290	290	0,98	-	-	-	-
Total	141.527	28.717	29.487	100,00	191.745	15.472	19.660	100,00

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na Resolução nº 2.682/99 do CMN e alterações posteriores, levando-se em consideração o risco das operações, amparada por informações internas e externas.

d) Operações de Crédito por Concentração de Risco

	Banco/Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
10 Maiores Clientes	141.045	99,66	186.455	97,24
Demais Clientes	482	0,34	5.290	2,76
Total	141.527	100,00	191.745	100,00

e) Movimentação da Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	19.660	2.169	21.350	5.945
Provisão	13.188	26.904	14.957	27.150
Reversão de Provisão	(3.361)	(8.962)	(3.464)	(8.962)
"Write-Off"	-	(451)	(179)	(2.783)
Saldo Final	29.487	19.660	32.664	21.350

8. OUTROS CRÉDITOS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Rendas a Receber	10.921	24.756	7.207	6.326
Comissões e Corretagens a Receber	-	-	-	193
Dividendos e Bonificações a Receber (Nota 11)	5.200	20.000	-	-
Outras Rendas a Receber	5.721	4.756	7.207	6.133
Negociação e Intermediação de Valores	507	546	3.423	35.971
Caixas de Registro e Liquidação	-	-	863	-
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	500	467	422	34.462
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	7	79	1.386	226
Operações de Intermediação de "Swap"	-	-	752	1.283
Prêmios de Seguros a Receber	-	-	81.721	66.667
Diversos	48.523	41.210	263.056	336.530
Adiantamentos e Antecipações Salariais	176	150	849	1.672
Créditos Tributários de Impostos e Contribuições (Nota 9b)	35.416	30.173	42.562	38.387
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	4.380	4.029	20.700	30.287
Impostos e Contribuições a Compensar (b)	4.975	3.052	47.976	87.435
Títulos e Créditos a Receber	-	-	13.517	2.452
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 20a)	3.086	3.432	295	1.018
Sinistros de Resseguros	-	-	90.843	134.426
Devedores Diversos - País	490	374	46.314	40.853
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-	-	(3.177)	(1.690)
Total	59.951	66.512	352.230	443.804
Curto Prazo	20.191	33.467	250.106	356.127
Longo Prazo	39.760	33.045	102.124	87.677

(a) Referem-se basicamente a depósitos judiciais relativos ao ISS incidente sobre corretagens de operações na BM&F, multas aplicadas pela SRF pela não entrega de informações sobre a CPMF no prazo e IRPJ e CSLL sobre a atualização monetária dos títulos patrimoniais da BM&F e BOVESPA, os quais estão sendo questionados judicialmente, na Corretora (Nota 15).

(b) Referem-se basicamente aos processos 16327.903.132/2015-37 e 16327.903.137/2015-60, de 10/09/2015, onde a Seguradora obteve direito de restituir impostos recolhidos a maior no exercício de 2010, sobre o lucro resultante do processo de vendas de ações da BM&F/BOVESPA. Em 22/02/2016, a Secretaria da Receita Federal, creditou parte do valor, R\$ 32.213, em conta corrente bancária em nome da Seguradora.

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015

(Em Milhares de Reais)

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do Cálculo dos Encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Resultado antes da Tributação Sobre o Lucro	(3.443)	(35.859)	1.971	(73.005)
Adições Temporárias	29.682	79.060	45.688	97.557
Ajuste a Mercado de TVM e Derivativos	8.284	40.405	8.713	41.287
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12.145	34.452	21.056	39.409
Outras Adições Temporárias	9.253	4.203	15.919	16.861
Adições Permanentes	39.898	80.616	7.858	22.766
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	32.627	60.275	-	53
Outras Adições Permanentes	7.271	20.341	7.858	22.713
Exclusões Temporárias	(45.197)	(71.773)	(59.527)	(80.765)
Ajuste a Mercado de TVM e Derivativos	(8.631)	(70.378)	(9.182)	(70.985)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(17.925)	(1.395)	(25.169)	(6.105)
Outras Exclusões Temporárias	(18.641)	-	(25.176)	(3.675)
Exclusões Permanentes	(18.833)	(98.091)	(4.705)	(8.536)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(15.319)	(90.867)	-	-
Outras Exclusões Permanentes	(3.514)	(7.224)	(4.705)	(8.536)
Base de Cálculo antes da Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	2.107	(46.047)	(8.715)	(41.983)
(-) Compensação 30% - Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(632)	-	(5.124)	(11.051)
Base de Cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.475	(46.047)	(13.839)	(53.034)
Provisão Corrente para IRPJ e CSLL	(631)	-	(5.264)	(11.435)
Ajuste IRPJ e CSLL de Períodos Anteriores (a) (b)	-	-	287	42.133
Constituição (Reversão) de Créditos Tributários	5.243	(3.381)	4.175	3.067
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	4.612	(3.381)	(802)	33.765

(a) Em 2015, referem-se aos processos 16327.903.132/2015-37 e 16327.903.137/2015-60, de 10/09/2015, onde a Seguradora obteve direito de restituição de impostos recolhidos no exercício de 2010, sobre o lucro resultante do processo de venda de ações da BM&FBOVESPA, no valor de R\$ 57.734.

(b) Em 2015, refere-se ao pagamento, no valor de R\$ 15.601, pela adesão ao Artigo 42 da Lei nº 13.043/14, com redação dada pelo Artigo 145 da Lei nº 13.097/15, referente a IRPJ e CSLL sobre suposto ganho não tributado na incorporação de ações da BOVESPA pela Nova Bolsa (BM&FBOVESPA) no ano calendário de 2008, na Corretora.

b) Demonstração dos Créditos Tributários

	Banco			Consolidado		
	31/12/2015	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	22.156	-	-	22.156	26.296	28.317
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.017	7.209	(1.966)	13.260	14.638	8.648
Ajuste a Mercado de TVM e Derivativos	-	-	-	-	92	116
Provisão para Contingências	-	-	-	-	38	18
Provisão de Despesas	-	-	-	-	1.498	1.288
Total	30.173	7.209	(1.966)	35.416	42.562	38.387

Em 31/12/2016, existiam créditos tributários não constituídos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias no montante de R\$ 12.205 (R\$ 26.634 em 31/12/2015) para o Banco e R\$ 50.563 (R\$ 55.841 em 31/12/2015) para o Consolidado. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução nº 3.059/02 do CMN e alterações posteriores.

c) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Período	Banco	Consolidado
	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
2017	5.723	10.567
2018	2.860	4.383
2019	5.441	6.220
2020	2.819	2.819
2021	3.042	3.042
2022 a 2024	15.531	15.531
Total	35.416	42.562

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.059/02 do CMN e alterações posteriores. A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias. O valor presente dos créditos tributários em 31/12/2016 é de R\$ 22.135 para o Banco e R\$ 28.299 para o Consolidado, utilizando-se a curva futura de juros, obtida na BM&FBOVESPA, como fator de desconto.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de IRPJ e CSLL em montante que justifique a realização de tais valores.

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015

(Em Milhares de Reais)

10. OUTROS VALORES E BENS - OPERAÇÕES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Ramos	Consolidado			
	Custo de Aquisição Diferido		Prêmio de Resseguro Diferido	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fiança Locatícia	140	78	325	155
Garantia de Obrigações - Privadas	-	40	-	112
Garantia de Obrigações - Públicas	148	217	1.325	1.912
Garantia Judicial	4	40	20	231
Garantia Segurado - Setor Privado	1.578	2.861	8.764	14.986
Garantia Segurado - Setor Público	15.487	6.873	47.130	32.885
Responsabilidade Civil - D&O	728	618	2.967	3.665
Responsabilidade Civil Geral	219	231	826	847
Responsabilidade Civil - E&O	678	321	1.127	1.689
Riscos de Engenharia	2.738	2.987	32.485	33.666
Riscos Nomeados e Operacionais	2.165	807	11.231	8.237
Total	23.885	15.073	106.200	98.385
Curto Prazo	12.334	8.433	58.614	51.021
Longo Prazo	11.551	6.640	47.586	47.364

11. PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS

	Fator S.A. Corretora de Valores	FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	Fator Seguradora S.A.	Brasil Agrosec Companhia Securizadora	Total
Patrimônio Líquido					
31/12/2016	26.138	9.126	203.029	-	238.293
31/12/2015	40.735	11.726	201.340	226	254.027
Lucro Líquido (Prejuízo)					
01/01 a 31/12/2016	(14.597)	(9.600)	21.988	-	(2.209)
01/01 a 31/12/2015	(43.821)	(13.635)	96.400	(961)	37.983
Participação Acionária (%)	100,00%	99,99%	100,00%	-	
Valor Patrimonial do Investimento					
31/12/2016	26.138	9.125	203.029	-	238.292
31/12/2015	40.735	11.726	201.340	-	253.801
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas					
01/01 a 31/12/2016	(14.597)	(9.599)	21.988	-	(2.208)
01/01 a 31/12/2015	(43.821)	(13.635)	96.400	(52)	38.892

Em 2016, foi recebido Dividendos referente à 2015 no valor de R\$ 20.000, e deliberado Dividendos referente à 2016 no valor de R\$ 5.200, da controlada Fator Seguradora S.A..

Em 2016, foi deliberado e recebido Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 15.100, da controlada Fator Seguradora S.A..

Em 20/12/2016, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 7.000 na controlada FAR – Fator Administração de Recursos Ltda..

12. DEPÓSITOS

	31/12/2016					31/12/2015			
	Sem Vencimento	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total Banco	Total Consolidado	Total Banco	Total Consolidado
Depósitos à Vista	7.838	-	-	-	-	7.838	7.008	5.633	5.176
Ligadas	961	-	-	-	-	961	131	628	171
Não Ligadas	6.877	-	-	-	-	6.877	6.877	5.005	5.005
Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	15.082	-	15.082	15.082	37.843	32.842
Ligadas	-	-	-	-	-	-	-	5.001	-
Não Ligadas	-	-	-	15.082	-	15.082	15.082	32.842	32.842
Depósitos a Prazo	-	17.727	115.817	223.185	144.044	500.773	500.271	571.975	571.495
Ligadas	-	-	502	-	490	992	490	1.996	1.516
Não Ligadas	-	17.727	115.315	73.278	94.845	301.165	301.165	346.107	346.107
Com Garantia Especial do FGC	-	-	-	149.907	48.709	198.616	198.616	223.872	223.872
Total	7.838	17.727	115.817	238.267	144.044	523.693	522.361	615.451	609.513

13. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	31/12/2016			31/12/2015	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	Total Banco	Total Consolidado	Total Banco/ Consolidado
Carteira Própria	37.060	-	37.060	35.249	178.003
Debêntures	2.076	-	2.076	2.076	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.852	-	2.852	2.852	127.362
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.811	-	1.811	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	30.321	-	30.321	30.321	50.641
Carteira Livre Movimentação	26.290	7.309	33.599	33.599	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	300	300	300	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	26.290	-	26.290	26.290	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	7.009	7.009	7.009	-
Total	63.350	7.309	70.659	68.848	178.003

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015

(Em Milhares de Reais)

14. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	31/12/2016			Total Banco/ Consolidado	31/12/2015
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias		Total Banco/ Consolidado
Letras de Crédito Agrícola	3.613	1.265	-	4.878	31.841
Não Ligadas	3.613	1.265	-	4.878	31.841
Letras de Crédito Imobiliário	19.613	8.784	2.753	31.150	35.260
Não Ligadas	19.613	8.784	2.753	31.150	35.260
Certificados de Operações Estruturadas	-	-	-	-	247
Não Ligadas	-	-	-	-	247
Total	23.226	10.049	2.753	36.028	67.348

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	5	267	6	267
IOF a Recolher	5	267	6	267
Fiscais e Previdenciárias	3.220	2.075	7.843	19.350
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	631	-	631	-
Impostos e Contribuições a Recolher (a)	2.589	2.075	7.212	19.350
Negociação e Intermediação de Valores	111	1.557	24.413	62.054
Caixas de Registro e Liquidação	-	-	307	19.193
Comissões e Corretagens a Pagar	-	103	96	438
Credores - Conta Liquidações Pendentes	89	1.207	23.988	42.176
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	22	124	22	124
Credores por Empréstimos de Ações	-	123	-	123
Provisões Técnicas de Seguros e Resseguros	-	-	360.249	350.389
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	-	-	128.565	100.534
Diversas	4.075	10.261	20.857	27.043
Cheques Administrativos	-	230	-	230
Provisão para Pagamentos a Efetuar	2.642	7.818	8.602	17.957
Provisão para Passivos Contingentes (Nota 17b)	407	549	9.801	6.710
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 20a)	170	347	-	67
Credores Diversos - País	856	1.317	2.454	2.079
Total	7.411	14.160	541.933	559.637
Curto Prazo	7.161	13.611	440.479	467.008
Longo Prazo	250	549	101.454	92.629

(a) Em 31/12/2015, refere-se basicamente à IRPJ e CSLL relativo ao IPO BOVESPA e BM&F, no valor de R\$ 13.330, por adesão ao REFIS conforme Lei nº 13.043/14, o referido valor foi liquidado através da conversão de Depósitos Judiciais à Fazenda Nacional, na Corretora (Nota 8).

16. PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS E RESSEGUROS

Ramos	Provisão de Prêmios não Ganhos		Provisão de Sinistros a Liquidar		Provisão para Sinistros Ocorridos mas não Avisados		Outras Provisões		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
DPVAT	-	-	17.573	19.885	69.250	35.372	671	404	87.494	55.661
Fiança Locatícia	793	436	-	-	45	19	-	-	838	455
Garantia de Obrigações - Privadas	-	230	-	-	-	-	-	-	-	230
Garantia de Obrigações - Públicas	2.508	3.620	-	-	-	-	-	-	2.508	3.620
Garantia Judicial	29	357	-	-	-	-	-	-	29	357
Garantia Segurado - Setor Privado	13.852	26.602	39.591	76.539	-	-	11.455	144	64.898	103.285
Garantia Segurado - Setor Público	90.546	58.380	1	1	-	-	1	-	90.548	58.381
Responsabilidade Civil - D&O	5.051	5.920	2.057	1.644	438	651	138	1.331	7.684	9.546
Responsabilidade Civil Geral	1.523	1.556	1.904	1.786	356	187	531	307	4.314	3.836
Responsabilidade Civil - E&O	3.028	2.775	89	16	650	547	29	-	3.796	3.338
Riscos de Engenharia	38.982	40.663	9.410	6.344	786	745	7.544	420	56.722	48.172
Riscos Nomeados e Operacionais	18.482	10.796	16.982	39.104	3.029	6.186	2.925	7.422	41.418	63.508
Total	174.794	151.335	87.607	145.319	74.554	43.707	23.294	10.028	360.249	350.389
Curto Prazo									278.653	277.506
Longo Prazo									81.596	72.883

17. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) **Ativos Contingentes:** Em 31/12/2016 e 31/12/2015, o Banco, a Corretora e a FAR não possuíam ativos contingentes contabilizados.

A Seguradora possui processos judiciais fiscais ativos, já transitados em julgado, reconhecidos contabilmente, cujo valor é de R\$ 1.923 (R\$ 1.956 em 31/12/2015).

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015

(Em Milhares de Reais)

b) Passivos Contingentes Classificados como Perdas Prováveis e Obrigações Legais: As provisões para perdas prováveis são reconhecidas contabilmente e totalizam R\$ 9.801 (R\$ 6.710 em 31/12/2015) e estão representadas por:

Ações Fiscais: O valor da provisão é de R\$ 231 (R\$ 228 em 31/12/2015) e referem-se a questionamentos que envolvem a Seguradora, sobre a incidência de impostos, contribuições e encargos sociais;

Ações Cíveis: O valor da provisão é de R\$ 1.544 (R\$ 1.308 em 31/12/2015) e referem-se a prêmios de seguros no valor de R\$ 313 (R\$ 397 em 31/12/2015) e demandas de caráter indenizatório no valor de R\$ 1.230 (R\$ 911 em 31/12/2015);

Ações Trabalhistas: O valor da provisão é de R\$ 7.869 (R\$ 4.792 em 31/12/2015) e referem-se a processos que envolvem a Corretora e Seguradora, cujos valores são provisionados levando-se em consideração o histórico de perdas.

Composição e Movimentação das Provisões Consolidadas

	Consolidado					31/12/2015 Total
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	
	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiança	Total	Total
Saldo Inicial	227	1.308	4.793	382	6.710	3.549
Constituição	4	339	3.857	259	4.459	5.160
Reversão/Liquidação (a)	—	(103)	(781)	(484)	(1.368)	(1.999)
Saldo Final	231	1.544	7.869	157	9.801	6.710

c) Passivos Contingentes Classificados como Perdas Possíveis

Os processos judiciais e administrativos que, com base na opinião dos Consultores Jurídicos e da Administração, são classificados como perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente e estão representados abaixo:

	31/12/2016					31/12/2015 Consolidado
	Banco	Corretora	FAR	Seguradora	Consolidado	
Fiscais (i) (ii)	3.944	42.337	478	9.948	56.707	55.595
Cíveis	5	6.503	—	241	6.749	3.435
Trabalhistas	4.720	12.194	—	12	16.926	19.674
Total	8.669	61.034	478	10.201	80.382	78.704

(i) A Corretora discute administrativamente a incidência de: PIS e COFINS, sobre suposto ganho não tributado na alienação do Ativo Permanente, quando da incorporação de ações da BOVESPA pela Nova Bolsa (BM&FBOVESPA) e do processo de IPO da Cetip; PIS e COFINS relativo à dedução das despesas incorridas com seus agentes na intermediação de operações financeiras; ISS sobre corretagens e outras contingências. O valor em risco em 31/12/2016 é de R\$ 42.337 (R\$ 43.283 em 31/12/2015).

(ii) A Seguradora questiona a incidência de IRPJ e CSLL e PIS e COFINS sobre variações monetárias ativas de depósitos judiciais e de INSS sobre valores pagos através de cartões de incentivo.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: Em 31/12/2016 e 31/12/2015, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 5.161.402 ações, divididas igualmente entre ações ordinárias e preferenciais nominativas, sem valor nominal.

b) Distribuição de Dividendos: O estatuto social estabelece dividendo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado consoante a legislação em vigor. Em AGE de 24/02/2016 e AGE de 15/04/2016, foram deliberadas distribuição de dividendos no montante de R\$ 3.000 e R\$ 2.300, respectivamente.

19. DETALHAMENTO DE CONTAS DO RESULTADO

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
a) Receitas de Prestação de Serviços	18.041	18.508	37.469	48.065
Rendas de Assessoria Técnica	9.720	—	9.720	7.802
Rendas de Administração de Fundos de Investimento	4.628	7.031	14.157	16.856
Rendas de Comissão de Colocação de Títulos	2.436	1.813	2.812	2.117
Rendas de Garantias Prestadas	819	1.764	819	1.764
Rendas de Serviços de Custódia	3	—	1.884	1.363
Rendas de Corretagens de Operações em Bolsas	—	—	7.595	18.000
Rendas de Outros Serviços	435	7.900	482	163
b) Prêmios de Seguros	—	—	153.969	133.624
DPVAT	—	—	47.008	44.186
Garantia Segurado - Setor Público	—	—	15.045	30.624
Riscos de Engenharia	—	—	22.426	9.429
Riscos Nomeados e Operacionais	—	—	15.994	17.000
Garantia Segurado - Setor Privado	—	—	33.542	11.718
Garantia Obrigações - Públicas	—	—	1.122	3.557
Garantia Obrigações - Privadas	—	—	230	119
Garantia Judicial	—	—	116	1.756
Receita com Emissão de Apólices	—	—	2.797	2.567
Responsabilidade Civil - D&O	—	—	9.168	6.693

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015

(Em Milhares de Reais)

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Outros Ramos	–	–	6.521	5.975
c) Outras Despesas Administrativas	16.013	17.420	43.128	54.605
Serviços do Sistema Financeiro	3.922	2.967	11.338	15.311
Serviços Técnicos Especializados	2.874	3.124	6.172	5.688
Processamento de Dados	2.423	2.550	5.924	6.140
Aluguéis	1.684	2.234	4.102	5.837
Comunicações	793	948	2.704	3.803
Condomínio	458	462	1.159	1.327
Associações/Entidades de Classe	350	387	596	833
Serviços de Terceiros	322	483	2.007	2.363
Manutenção e Conservação de Bens	322	493	799	1.313
Viagens	257	681	654	1.177
Água, Energia e Gás	249	206	596	702
Promoções e Relações Públicas	208	423	519	1.274
Publicações	179	314	892	873
Transportes	176	194	335	430
Propaganda e Publicidade	144	414	258	807
Outras Despesas Administrativas	1.652	1.540	5.073	6.727
d) Outras Receitas Operacionais	2.007	1.408	10.285	35.464
Variações Monetárias Ativas	1.043	912	2.592	32.490
Recuperação de Encargos e Despesas	116	496	199	493
Atualização de Depósitos Judiciais	–	–	1.146	–
Outras	848	–	6.348	2.481
e) Outras Despesas Operacionais	443	1.585	18.430	18.627
Variações Monetárias Passivas	149	93	10.834	9.511
Contingências	27	–	319	–
Convênio DPVAT	–	–	3.656	3.359
Outras	267	1.492	3.621	5.757

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Empresas Controladas e Ligadas: Com base nos critérios estabelecidos na Resolução nº 3.750/09 do CMN, as transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas basicamente por:

	Banco				Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Operações/Partes Relacionadas								
Rendas a Receber	5.200	–	20.000	–	–	–	–	–
Fator Seguradora S.A.	5.200	–	20.000	–	–	–	–	–
Depósitos à Vista	(961)	–	(641)	–	(131)	–	(37)	–
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	(242)	–	(112)	–	–	–	–	–
Fator S.A. Corretora de Valores	(588)	–	(492)	–	–	–	–	–
Ligadas - Não Financeiras	(131)	–	(37)	–	(131)	–	(37)	–
Depósitos Interfinanceiros	–	(257)	(5.001)	(971)	–	–	–	–
Fator S.A. Corretora de Valores	–	(257)	(5.001)	(971)	–	–	–	–
Depósitos a Prazo	(992)	(277)	(1.996)	(734)	(490)	(226)	(1.516)	(343)
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	(502)	(51)	(480)	(391)	–	–	–	–
Ligadas - Não Financeiras	(490)	(226)	(1.516)	(343)	(490)	(226)	(1.516)	(343)
Captações no Mercado Aberto	(1.811)	(805)	–	(1.261)	–	–	–	–
Fator S.A. Corretora de Valores	(1.811)	(805)	–	(1.261)	–	–	–	–
Negociação e Intermediação de Valores	395	–	(785)	–	–	–	–	–
Fator S.A. Corretora de Valores	395	–	(785)	–	–	–	–	–
Valores a Receber (Pagar) de Sociedades Ligadas	2.916	23.409	3.085	25.945	270	1.585	787	3.123
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	1.560	8.513	972	9.020	–	–	–	–
Fator S.A. Corretora de Valores	836	10.353	1.148	11.472	–	–	–	–
Fator Seguradora S.A.	250	2.958	178	2.330	–	–	–	–
Fator Empreendimentos e Participações Ltda.	270	1.585	787	3.123	270	1.585	787	3.123

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração: Os honorários atribuídos no período foram de R\$ 6.980 (R\$ 5.989 em 31/12/2015) para o Banco e de R\$ 14.779 (R\$ 15.726 em 31/12/2015) para o Consolidado, são considerados benefícios de curto prazo.

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015

(Em Milhares de Reais)

21. RECURSOS DE TERCEIROS SOB ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO

Os recursos de terceiros sob administração/gestão do Conglomerado Fator totalizam R\$ 4.751.393 (R\$ 4.167.609 em 31/12/2015).

22. BENEFICIÁRIOS DE GARANTIAS PRESTADAS

Os avais e fianças prestados a terceiros, totalizam R\$ 6.500 (R\$ 60.528 em 31/12/2015) e estão registrados em conta de compensação.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Risco de Crédito: O gerenciamento de risco de crédito exige alto grau de disciplina e controle das análises e das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. A política de crédito do Banco tem por objetivo a segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos, agilidade e rentabilidade nos negócios, minimizando os riscos inerentes a qualquer operação de crédito, bem como orientar sobre a fixação de limites operacionais e a concessão de operações de crédito.

O modelo utilizado pelo Banco esta aderente aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.721/09 do CMN e alterações posteriores.

b) Risco de Mercado: O monitoramento diário do risco de mercado do Banco é efetuado com utilização de duas medidas estatísticas, a saber:

1) Valor a Risco (VaR) paramétrico com intervalo de confiança de 99% e horizonte de tempo de 01 dia, modelo estatístico que utiliza a análise dos dados históricos normalizando a distribuição dos retornos de forma a estimar a perda financeira possível em um dia de mercado para 99% dos casos.

2) Stress Test, uma técnica que visa analisar o impacto de variações extremas nos preços dos ativos e derivativos. Os cenários de estresse utilizados para apuração dos choques são estimados com base naqueles divulgados diariamente pela BM&FBOVESPA. Esta abordagem tem por objetivo preservar o patrimônio do Banco em situações de mercado consideradas atípicas.

O modelo utilizado pelo Banco está aderente aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.464/07 do CMN e alterações posteriores.

c) Risco de Liquidez: O monitoramento do risco de liquidez visa mitigar a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O processo de gestão deste risco é efetuado diariamente através do monitoramento do limite de caixa mínimo e do fluxo de caixa projetado através de relatório específico, onde são avaliados os ativos e passivos do Banco para os próximos 252 dias úteis, levando-se em conta 5 cenários de liquidez com premissas diferentes.

O modelo utilizado pelo Banco está aderente aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.090/12 do CMN e alterações posteriores.

d) Risco Operacional: A gestão do risco operacional visa mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, sanções e, ou indenizações por danos decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O processo para o gerenciamento do risco operacional pelo enfoque quantitativo consolida as perdas do Conglomerado em uma base de dados interna com suas respectivas causas e planos de ação. Permite a análise das perdas incorridas pelo enfoque qualitativo, possibilitando avaliar os riscos e a efetividade dos controles internos, visando à redução de perdas e à melhoria operacional do negócio.

O modelo utilizado pelo Banco esta aderente aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.380/06 do CMN e alterações posteriores.

e) Risco de Seguros: O gerenciamento de risco de seguros é um aspecto crítico no negócio. Consiste na aplicação da teoria da probabilidade aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência e severidade de sinistros seja maior do que o estimado.

Risco de seguros é o risco em que o tomador ou segurado transfere para a Seguradora, o risco de ocorrência do sinistro sobre o objeto segurado. Os principais riscos abrangidos nos contratos de seguros são representados por: custo dos sinistros em contrapartida ao montante global de prêmios recebidos.

São controlados através de políticas que estabelecem procedimentos, observando as determinações específicas dos requisitos regulamentares.

f) Gestão de Capital: A gestão de capital tem como objetivo manter o capital ajustado aos riscos incorridos pelo Banco, de forma compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

A política de gestão de capital bem como o plano de capital devem ser aprovados e revisados, no mínimo anualmente, pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Banco, a fim de determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico do Banco e com as condições de mercado.

O modelo utilizado pelo Banco está aderente aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.988/11 do CMN e alterações posteriores.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e de capital está disponibilizada no site do Banco:

(http://www.fator.com.br/bem_vindo/quem_somos/risco_compliance).

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015

(Em Milhares de Reais)

24. LIMITES OPERACIONAIS

O índice de Basileia, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.193/13 do CMN e alterações posteriores, está representado conforme abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Risco de Crédito (RWAcpad)	58.366	100.536
Risco de Moedas (RWAcam)	1.261	166
Risco de Taxa de Juros (RWApjur)	8.156	11.358
Risco de Ações (RWAacs)	223	547
Risco Operacional (RWAopad)	6.470	9.614
Risco de Mercadorias (RWAcom)	84	-
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	74.560	122.221
Patrimônio Líquido	339.457	343.022
Ajustes Prudenciais	(125.400)	(83.987)
Patrimônio de Referência - PR	214.057	259.035
Índice de Basileia	28,35%	23,31%
Rban	30.079	25.222

A Seguradora apresenta plena suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado, ao utilizar os critérios definidos pela Resolução nº 321/15 do CNSP e alterações posteriores.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio Líquido Ajustado	198.421	194.835
(-) Exigência de Capital - EC	32.146	15.000
Suficiência de Capital - R\$	166.275	179.835
Suficiência de Capital (% da EC)	517,25%	1.198,90%

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

A DIRETORIA

CARLOS AUGUSTO SENNA DE ALMEIDA

Contador - CRC 1RJ - 079955/O-6 "S" - SP

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Compete ao Comitê de Auditoria do Conglomerado Fator zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. No período foram realizadas reuniões de trabalho com diferentes áreas do Conglomerado Fator nas quais estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes de Risco e Compliance, Auditoria Interna, Auditoria Independente, Ouvidoria, Contabilidade, Risco Operacional e de outras Áreas Corporativas. Destacamos a seguir os principais assuntos tratados nessas reuniões:

- Demonstrações Financeiras relativas aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2016 e de 2015;
- Trabalhos da Auditoria Externa;
- Trabalhos da Auditoria Interna;
- Relatório Semestral da Ouvidoria;
- Reporte sobre Solicitação de Informações do BACEN;
- Reporte sobre Solicitação de Esclarecimentos da CVM;
- e • Relatórios e Demandas da Unidade de Autorregulação - ANBIMA.

Com base no resultado dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria entendeu que os controles e procedimentos exercidos pelo Conglomerado Fator são adequados e suficientes. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, das instituições que integram o Conglomerado Fator foram analisadas e devidamente aprovadas pelo Comitê de Auditoria.

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do

Banco Fator S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do Banco Fator S.A. ("Banco") e controladas ("Consolidado"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (Banco) e os fluxos de caixa para para o semestre e exercício findos naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Fator S.A. e controladas, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, , individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marcelo Luís Teixeira Santos

Contador - CRC nº 1 PR 050377/O-6







fator corretora

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS **2016**

PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, Clientes e Colaboradores,

Apresentamos as Demonstrações Financeiras da Fator S.A. Corretora de Valores, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, relativas aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2015 e de 2014. De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, a Fator S.A. Corretora de Valores declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

A Diretoria



FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em Milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		42.337	94.939
Disponibilidades	3a e 4	903	551
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3a, 3b, 4, 5 e 13	1.811	5.001
Aplicações no Mercado Aberto		1.811	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	5.001
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	3c e 6	32.296	51.774
Carteira Própria		5.086	3.030
Vinculados à Prestação de Garantias		27.210	48.744
Outros Créditos	7	7.249	37.065
Rendas a Receber		668	664
Negociação e Intermediação de Valores	3d	3.193	35.586
Diversos		3.388	815
Outros Valores e Bens		78	548
Despesas Antecipadas		78	548
Realizável a Longo Prazo		20.199	33.410
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	3c e 6	5.795	5.058
Carteira Própria		5.795	5.058
Outros Créditos	7	14.358	28.352
Negociação e Intermediação de Valores	3d	132	1.268
Diversos		14.226	27.084
Outros Valores e Bens		46	-
Despesas Antecipadas		46	-
Permanente		1.649	2.923
Investimentos	3e	1	418
Outros Investimentos		1	418
Imobilizado de Uso	3f	1.627	2.471
Outras Imobilizações de Uso		9.653	9.955
(Depreciações Acumuladas)		(8.026)	(7.484)
Intangível	3g	21	34
Ativos Intangíveis		47	82
(Amortização Acumulada)		(26)	(48)
Total do Ativo		<u>64.185</u>	<u>131.272</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em Milhares de Reais)

Passivo	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		29.541	85.297
Outras Obrigações	9	29.541	85.297
Fiscais e Previdenciárias	3i	1.890	15.670
Negociação e Intermediação de Valores	3d	24.711	61.925
Diversas		2.940	7.702
Exigível a Longo Prazo		8.506	5.240
Outras Obrigações	9	8.506	5.240
Diversas		8.506	5.240
Patrimônio Líquido	11	26.138	40.735
Capital - De Domiciliados no País		95.453	95.453
Prejuízos Acumulados		(69.315)	(54.718)
Total do Passivo		<u>64.185</u>	<u>131.272</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em Milhares de Reais)

	Notas	01/07 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Receitas da Intermediação Financeira		4.550	9.781	13.025
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3c	4.409	9.463	13.025
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		141	318	-
Despesas da Intermediação Financeira		-	-	(26)
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	(26)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		4.550	9.781	12.999
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(12.710)	(24.149)	(41.037)
Receitas de Prestação de Serviços	12a	5.636	12.575	22.644
Despesas de Pessoal		(10.831)	(19.361)	(35.070)
Outras Despesas Administrativas	12b	(7.161)	(16.392)	(24.790)
Despesas Tributárias		(887)	(1.922)	(3.429)
Outras Receitas Operacionais	12c	712	1.416	850
Outras Despesas Operacionais	12d	(179)	(465)	(1.242)
Resultado Operacional		(8.160)	(14.368)	(28.038)
Resultado não Operacional		15	(229)	(182)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		(8.145)	(14.597)	(28.220)
Imposto de Renda e Contribuição Social	3j e 8	-	-	(15.601)
Provisão para Imposto de Renda		-	-	(10.599)
Provisão para Contribuição Social		-	-	(5.002)
Prejuízo		(8.145)	(14.597)	(43.821)
Prejuízo por Ação - R\$		(10,03)	(17,97)	(53,95)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 11)

(Em Milhares de Reais)

	<u>Capital Realizado</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	80.453	(10.897)	69.556
Aumento de Capital - AGE 31/03/2015	15.000	-	15.000
Prejuízo	-	(43.821)	(43.821)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	95.453	(54.718)	40.735
Mutações do Período	15.000	(43.821)	(28.821)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	95.453	(54.718)	40.735
Prejuízo	-	(14.597)	(14.597)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	95.453	(69.315)	26.138
Mutações do Período	-	(14.597)	(14.597)
Saldos em 30 de junho de 2016	95.453	(61.170)	34.283
Prejuízo	-	(8.145)	(8.145)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	95.453	(69.315)	26.138
Mutações do Período	-	(8.145)	(8.145)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em Milhares de Reais)

	Notas	01/07 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado		(6.104)	(10.235)	(36.814)
Lucro Líquido (Prejuízo)		(8.145)	(14.597)	(43.821)
Ajustes ao Lucro Líquido (Prejuízo):		2.041	4.362	7.007
Provisão para Passivos Contingentes		1.654	3.266	3.818
Depreciações e Amortizações		396	861	2.897
Lucro na Alienação de Imobilizado		(9)	(9)	-
Outros		-	244	292
Variação de Ativos e Passivos		4.497	7.242	18.433
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		6.822	18.741	11.206
(Aumento) Redução em Outros Créditos		18.135	43.833	(15.405)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens		139	424	(172)
(Redução) Aumento em Outras Obrigações		(20.599)	(55.756)	22.804
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades Operacionais		(1.607)	(2.993)	(18.381)
Alienação de Investimentos		-	173	-
Aquisição de Imobilizado de Uso		-	-	(79)
Aquisição de Intangível		-	(18)	(47)
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Investimento		-	155	(126)
Aumento de Capital	11a	-	-	15.000
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Financiamento		-	-	15.000
Aumento/(Redução) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa	3a e 4	(1.607)	(2.838)	(3.507)
Início do Período		4.321	5.552	9.059
Final do Período		<u>2.714</u>	<u>2.714</u>	<u>5.552</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015

(Em Milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fator S.A. Corretora de Valores (Corretora) está organizada sob a forma de corretora de valores, tendo por objetivo a prática de todas as operações permitidas às sociedades corretoras de valores mobiliários.

As operações são conduzidas integralmente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm coparticipação ou intermediação de instituições associadas ao Conglomerado Fator.

A Corretora tem apresentado prejuízos operacionais recorrentes, substancialmente representados por despesas administrativas, que vêm sendo suportados com recursos financeiros adicionais supridos pelos seus acionistas à medida que são requeridos.

Em 18/01/2016, a Corretora encerrou as atividades da filial Rio de Janeiro.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras relativas aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2016 e de 2015 foram aprovadas pela Diretoria em 24 de março de 2017.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme Resolução nº 3.604/08 do CMN, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: As aplicações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e Valores Mobiliários: De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados nas seguintes categorias, conforme a intenção da Administração:

Títulos para Negociação: São avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e estão classificados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento. Os ajustes para o valor de mercado são reconhecidos no resultado do período;

Títulos Mantidos até o Vencimento: São avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Negociação e Intermediação de Valores: Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. As taxas, emolumentos e corretagens são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

e) Investimentos: Incentivos fiscais e outros investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

f) Imobilizado de Uso: Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear, com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

g) Intangível: É constituído por gastos com aquisição e desenvolvimento logiciais, amortizados pelo prazo de licença dos softwares.

h) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - "Impairment": O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é reconhecida uma perda, ajustando o valor contábil líquido. As perdas por "Impairment", quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08 do CMN.

Exceto os créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar a existência de perda por "impairment".

i) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: O reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, obedecendo aos seguintes critérios:

Ativos Contingentes: Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

Passivos Contingentes: São reconhecidos quando, baseado na opinião de Consultores Jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos Consultores Jurídicos e Administração são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;

Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

j) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: As provisões para o Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o IRPJ determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a CSLL pela alíquota de 20% (15% até 08/2015).

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL são calculados sobre as adições e exclusões temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

k) Receitas e Despesas: O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Disponibilidades	903	551
Aplicações no Mercado Aberto	1.811	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	5.001
Total	<u>2.714</u>	<u>5.552</u>

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015

(Em Milhares de Reais)

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2016		31/12/2015
	Até 90 dias	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	1.811	1.811	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.811	1.811	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	5.001
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	5.001
Total	1.811	1.811	5.001

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da Carteira

	Carteira Própria	Vinculados à		Total
		Prestação de Garantias	Total	
		31/12/2016	31/12/2015	
Títulos para Negociação	5.086	27.210	32.296	51.774
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	5.083	27.210	32.293	47.962
Letras do Tesouro Nacional - LTN (a)	-	-	-	2.070
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (a)	3	-	3	1.741
Ações (b)	-	-	-	1
Títulos Mantidos até o Vencimento	5.795	-	5.795	5.058
Certificados de Depósito Bancário (c)	5.795	-	5.795	5.058
Total	10.881	27.210	38.091	56.832

(a) Custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e BM&FBOVESPA (em garantia de operações); (b) Custodiados na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC);

(c) Custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).

b) Classificação da Carteira por Categorias e Prazos

	31/12/2016				31/12/2015
	1 a 90 dias	91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Títulos para Negociação	144	1.080	31.072	32.296	51.774
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	144	1.080	31.069	32.293	47.962
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	2.070
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	3	3	1.741
Ações	-	-	-	-	1
Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	5.795	5.795	5.058
Certificados de Depósito Bancário (a)	-	-	5.795	5.795	5.058
Total	144	1.080	36.867	38.091	56.832

(a) Vencimento em 18/12/2020.

A Corretora adota metodologia de mensuração desenvolvida internamente, para operações que não possuem cotação, com base em informações e premissas de mercado.

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31/12/2016 e 31/12/2015, não existia posição em aberto no mercado de derivativos.

7. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2016	31/12/2015
Rendas a Receber	668	664
Comissões e Corretagens a Receber	216	193
Outras Rendas a Receber	452	471
Negociação e Intermediação de Valores	3.325	36.854
Caixas de Registro e Liquidação	863	-
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	331	35.424
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	1.379	147
Operações de Intermediação de Swap	752	1.283
Diversos	17.614	27.899
Adiantamentos e Antecipações Salariais	-	13
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	15.873	25.845
Impostos e Contribuições a Compensar	1.318	1.325
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 13a)	307	558
Devedores Diversos - País	116	158
Total	21.607	65.417
Curto Prazo	7.249	37.065
Longo Prazo	14.358	28.352

(a) Referem-se basicamente a depósitos judiciais relativos ao ISS incidente sobre corretagens de operações na BM&F, multas aplicadas pela SRF pela não entrega de informações sobre a CPMF no prazo e IRPJ e CSLL sobre a atualização monetária dos títulos patrimoniais da BM&F e BOVESPA, convertido à Fazenda Nacional em 2016 (Nota 9), os quais estão sendo questionados judicialmente.

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015

(Em Milhares de Reais)

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do Cálculo dos Encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	(14.597)	(28.220)
Adições Temporárias	3.610	9.679
Ajuste a Mercado de TVM e Derivativos	217	382
Provisão para Contingências	3.266	4.530
Outras Adições Temporárias	127	4.767
Adições Permanentes	59	150
Outras Adições Permanentes	59	150
Exclusões Temporárias	(4.162)	(321)
Ajuste a Mercado de TVM e Derivativos	(284)	(321)
Outras Exclusões Temporárias	(3.878)	-
Exclusões Permanentes	(1.183)	(1.256)
Outras Exclusões Permanentes	(1.183)	(1.256)
Base de Cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	(16.273)	(19.968)
IRPJ e CSLL Adesão Refis (a)	-	(15.601)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(15.601)

(a) Refere-se ao pagamento pela adesão ao Artigo 42 da Lei nº 13.043/14, com redação dada pelo Artigo 145 da Lei nº 13.097/15, referente a IRPJ e CSLL sobre suposto ganho não tributado na incorporação de ações da BOVESPA pela Nova Bolsa (BM&FBOVESPA) no ano calendário de 2008.

b) Demonstração dos Créditos Tributários: Em 31/12/2016, existiam créditos tributários não constituídos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias no montante de R\$ 22.411 (R\$ 19.955 em 31/12/2015). Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução nº 3.059/02 do CMN e alterações posteriores.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2016	31/12/2015
Fiscais e Previdenciárias	1.890	15.670
Impostos e Contribuições a Recolher (a)	1.890	15.670
Negociação e Intermediação de Valores	24.711	61.925
Caixas de Registro e Liquidação	307	19.193
Comissões e Corretagens a Pagar	96	335
Credores - Conta Liquidações Pendentes	24.308	42.397
Diversas	11.446	12.942
Provisão para Pagamentos a Efetuar	431	5.636
Provisão para Passivos Contingentes (Nota 10b)	8.506	5.240
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 13a)	997	1.452
Credores Diversos - País	1.512	614
Total	38.047	90.537
Curto Prazo	29.541	85.297
Longo Prazo	8.506	5.240

(a) Em 31/12/2015, refere-se basicamente à IRPJ e CSLL relativo ao IPO BOVESPA e BM&F, no valor de R\$ 13.330, por adesão ao REFIS conforme Lei nº 13.043/14, o referido valor foi liquidado através da conversão de Depósitos Judiciais à Fazenda Nacional (Nota 7).

10. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes: Em 31/12/2016 e 31/12/2015, a Corretora não possuía ativos contingentes contabilizados.

b) Passivos Contingentes Classificados como Perdas Prováveis e Obrigações Legais: As provisões para perdas prováveis são reconhecidas contabilmente e totalizam R\$ 8.506 (R\$ 5.240 em 31/12/2015) (Nota 9) e estão representadas por:

Ações Cíveis: Referem-se a ações de caráter indenizatório no valor de R\$ 1.036 (R\$ 744 em 31/12/2015);

Ações Trabalhistas: São provisionadas levando-se em consideração o histórico de perdas com esses processos. A provisão constituída é de R\$ 7.470 (R\$ 4.496 em 31/12/2015).

Composição e Movimentação das Provisões

	Cíveis	Trabalhistas	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	744	4.496	5.240	1.422
Constituição	292	3.736	4.028	4.530
Reversão/Liquidação	-	(762)	(762)	(712)
Saldo Final	1.036	7.470	8.506	5.240

c) Passivos Contingentes Classificados como Perdas Possíveis: Os processos judiciais e administrativos que, com base na opinião dos Consultores Jurídicos e da Administração, são classificados como perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos são:

Ações Fiscais: A Corretora discute administrativamente a incidência de: PIS e COFINS, sobre suposto ganho não tributado na alienação do Ativo Permanente, quando da incorporação de ações da BOVESPA pela Nova Bolsa (BM&FBOVESPA) e do processo de IPO da Cetip; PIS e COFINS relativo à dedução das despesas incorridas com seus agentes na intermediação de operações financeiras; ISS sobre corretagens e outras contingências. O valor em risco em 31/12/2016 é de R\$ 42.337 (R\$ 43.283 em 31/12/2015).

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015

(Em Milhares de Reais)

Ações Cíveis: Referem-se a ações de caráter indenizatório. O valor em risco em 31/12/2016 é de R\$ 6.503 (R\$ 3.265 em 31/12/2015);

Ações Trabalhistas: O valor em risco em 31/12/2016 é de R\$ 12.194 (R\$ 15.320 em 31/12/2015).

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: Em 31/12/2016 e 31/12/2015, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 812.188 ações nominativas, sem valor nominal.

Em AGE de 31/03/2015, foi deliberado aumento de capital no montante de R\$ 15.000, homologado pelo BACEN em 20/04/2015, mediante a emissão de 182.364 ações, sendo 145.891 ordinárias e 36.473 preferenciais.

b) Distribuição de Dividendos: O estatuto social estabelece dividendo obrigatório de 5% sobre o lucro líquido do exercício ajustado consoante a legislação em vigor.

c) Prejuízos Acumulados: Em 31/12/2016, o prejuízo acumulado de R\$ 69.315 (R\$ 54.718 em 31/12/2015) permaneceu registrado na rubrica de Prejuízos Acumulados.

12. DETALHAMENTO DE CONTAS DO RESULTADO

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
a) Receitas de Prestação de Serviços	12.575	22.644
Rendas de Corretagens de Operações em Bolsas	7.595	17.999
Rendas de Administração de Fundos de Investimento	2.676	2.913
Rendas de Serviços de Custódia	1.881	1.363
Rendas de Comissão de Colocação de Títulos	376	303
Rendas de Outros Serviços	47	66
b) Outras Despesas Administrativas	16.392	24.790
Serviços do Sistema Financeiro	6.513	9.718
Processamento de Dados	1.848	1.976
Serviços Técnicos Especializados	1.822	1.125
Aluguéis	1.284	2.288
Comunicações	1.171	2.116
Depreciações e Amortizações	861	2.897
Condomínio	348	574
Manutenção e Conservação de Bens	289	595
Serviços de Terceiros	238	391
Publicações	222	194
Água, Energia e Gás	195	366
Emolumentos Judiciais e Cartorários	185	167
Promoções e Relações Públicas	67	341
Outras	1.349	2.042
c) Outras Receitas Operacionais	1.416	850
Atualização de Depósitos Judiciais	1.146	387
Outras Rendas Operacionais	270	463
d) Outras Despesas Operacionais	465	1.242
Contingências	292	34
Variações Monetárias Passivas	68	922
Outras Despesas Operacionais	105	286

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Empresas Ligadas: Com base nos critérios estabelecidos na Resolução nº 3.750/09 do CMN, as transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas basicamente por:

Operações/Partes Relacionadas	31/12/2016		31/12/2015	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades	588	-	492	-
Banco Fator S.A.	588	-	492	-
Aplicações no Mercado Aberto	1.811	805	-	1.261
Banco Fator S.A.	1.811	805	-	1.261
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	257	5.001	971
Banco Fator S.A.	-	257	5.001	971
Negociação e Intermediação de Valores	(395)	-	785	-
Banco Fator S.A.	(395)	-	785	-
Valores a Receber (Pagar) de Sociedades Ligadas	(690)	(9.332)	(893)	(10.800)
Banco Fator S.A.	(836)	(10.353)	(1.148)	(11.472)
Fator Empreendimentos e Participações Ltda.	8	33	10	(231)
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	107	611	215	684
Fator Seguradora S.A.	31	377	30	219

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E DE 2015

(Em Milhares de Reais)

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração: Os honorários atribuídos no período foram de R\$ 2.676 (R\$ 3.570 em 31/12/2015), são considerados benefícios de curto prazo.

14. RECURSOS DE TERCEIROS ADMINISTRADOS

Os recursos de terceiros administrados pela Corretora totalizam R\$ 37.582 (R\$ 75.903 em 31/12/2015).

15. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Corretora, por intermédio da instituição líder Banco Fator S.A. aderiu à estrutura de gerenciamento de risco operacional e de mercado em atendimento às Resoluções nº 3.380/06 e nº 3.464/07 do CMN e alterações posteriores.

As descrições dessas estruturas de gerenciamento de riscos estão disponibilizadas no site da Instituição Líder: (http://www.fator.com.br/bem_vindo/quem_somos/risco_compliance).

16. LIMITES OPERACIONAIS

A Corretora apura seus limites operacionais de maneira consolidada em atendimento à Resolução nº 2.283/96 do CMN e alterações posteriores, por intermédio da instituição líder Banco Fator S.A.. O índice de Basileia para o conglomerado em 31/12/2016 é de 28,35% (23,31% em 31/12/2015).

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

A DIRETORIA

CARLOS AUGUSTO SENNA DE ALMEIDA

Contador - CRC 1RJ - 079955/O-6 "S" - SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Fator S.A. Corretora de Valores

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fator S.A. Corretora de Valores ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fator S.A. Corretora de Valores, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audítores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marcelo Luis Teixeira Santos

Contador

CRC nº 1 PR 050377/O-6



